



# INFORME MUNICIPAL

ESTADO DA PARAÍBA  
JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE TENÓRIO  
CRIADO PELA LEI Nº 003/97

ANO 25.

EDIÇÃO DE JANEIRO DE 2022.

PUBLICADO EM 26/01/2022

## **DECRETO Nº 02 DE 26 DE JANEIRO DE 2022**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TENÓRIO – PB,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 43, incisos II e VI, art. 61, inciso I, alíneas “b” e “d” da Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO** as recomendações expedidas pela Organização Mundial de Saúde, Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba;

**CONSIDERANDO** que nos termos do Decreto Estadual nº 41.806, de 3 de novembro de 2021, o Governador do Estado decretou Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado da Paraíba por 180 dias decorrente de desastre natural classificado como grupo biológico/epidemia e tipo doenças infecciosas virais (COVID-19)

**CONSIDERANDO** que é desconhecido o nível de proteção das vacinas para a nova variante Ômicron, o que requer maior cautela na projeção de cenários para ampliar a flexibilização;

**CONSIDERANDO** o aumento de casos de COVID-19 e da síndrome gripal, além dos necessários cuidados enquanto a campanha de vacinação aumenta no Município;

**CONSIDERANDO** a Recomendação nº 22/2021 do Ministério Público Federal (MPF/PRPB), Ministério Público do Trabalho (MPT/PB) e Ministério Público de Contas do Estado da Paraíba (PMC/PB), decorrente do Procedimento Administrativo nº 1.24.000.001430/2021-94.

### **DECRETA:**

**Art. 1º** - Acolher integralmente a Recomendação nº 22/2021 do Ministério Público Federal (MPF/PRPB), Ministério Público do Trabalho (MPT/PB) e Ministério Público de Contas do Estado da Paraíba (PMC/PB).

**Art. 2º** - Fica determinado a todas as Secretarias Municipais e ordenadores de despesas do Município a abstenção de execução de gasto público, direto ou indireto, a exemplo da concessão de ajuda, auxílio ou transferência de recursos públicos, para promover, no todo ou em parte, mesmo que indiretamente, eventos de prévias carnavalescas, carnavais, shows em ambientes abertos ou fechados.

Parágrafo único. Deve-se considerar como promoção indireta o custeio, inclusive sob a forma de patrocínio, de propaganda ou publicidade de quaisquer eventos durante o Estado de Calamidade Pública

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, aos 26 dias do mês de janeiro de 2022.

**MANOEL VASCONCELOS**

*Prefeito Constitucional*